

# CONCURSO PÚBLICO DE ADMISSÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

## DIPLOMATA (TERCEIRO SECRETÁRIO)

Prova Escrita de Economia – Questão 1

Aplicação: 30/8/2025

### PADRÃO DE RESPOSTA

- 1 A elasticidade-preço da demanda é uma medida da sensibilidade da quantidade demandada a uma variação no preço de um bem. O valor numérico da elasticidade é calculado pela razão entre a variação percentual na quantidade demandada e a variação percentual no preço ( $E = \% \Delta Qd / \% \Delta P$ ). Dado que a relação entre preço e quantidade é geralmente inversa (conforme a lei da demanda), o valor é tipicamente negativo. O valor da elasticidade-preço da demanda é normalmente interpretado em termos de valor absoluto. Se  $|E| > 1$ , a demanda é elástica, indicando alta sensibilidade da demanda ao preço — uma variação no preço corresponde a uma variação mais do que proporcional na quantidade demandada. Se  $|E| < 1$ , a demanda é inelástica, e determinada variação no preço corresponde a uma variação relativamente menor, em termos percentuais, na quantidade demandada.
- 2 Sim, existe um potencial conflito entre os objetivos de gerar receita e de desestimular o consumo. Para o objetivo de se elevar a arrecadação fiscal, o ideal é que a demanda seja inelástica ( $|E| < 1$ ). Nesse cenário, o aumento de preço não reduz significativamente o consumo, o que mantém a base de cálculo do tributo elevada. Por outro lado, para que o objetivo de promoção da saúde seja atingido, a demanda deve ser elástica ( $|E| > 1$ ), pois, assim, o aumento de preço levaria a uma redução expressiva do consumo — mas, nesse caso, a arrecadação será menor. Verifica-se que existe um *trade-off* entre os dois objetivos: maior êxito em alcançar um deles implica relativo fracasso no outro.
- 3 O impacto total de uma alta de preços na quantidade demandada reflete a soma de dois efeitos distintos: o efeito substituição e o efeito renda. O efeito substituição representa a mudança no consumo decorrente da alteração dos preços relativos; o bem se torna mais caro em comparação com seus substitutos, o que invariavelmente leva à redução de seu consumo. Assim, a direção do efeito substituição é inequívoca — uma alta de preços corresponde a uma redução na quantidade demandada. Já o efeito renda captura a variação na quantidade demandada resultante da perda de poder de compra real do consumidor, provocada pelo aumento do preço do bem.
- 4 A direção do efeito renda e, conseqüentemente, o impacto total dependem da natureza do bem. Se as bebidas açucaradas forem um bem normal, o efeito renda é negativo: com a redução do poder de compra, o consumidor também reduzirá seu consumo. Assim, os efeitos substituição e renda atuam na mesma direção, reforçando-se mutuamente. Contudo, se as bebidas açucaradas forem consideradas um bem inferior, o efeito renda será positivo: a redução do poder de compra levaria a um aumento do consumo desse bem. Nesse caso, o efeito renda se oporia ao efeito substituição, atenuando a queda total no consumo, o que tornaria o imposto menos eficaz para o alcance do objetivo de saúde pública, mas contribuiria para o objetivo de maior arrecadação fiscal.

# CONCURSO PÚBLICO DE ADMISSÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

## DIPLOMATA (TERCEIRO SECRETÁRIO)

Prova Escrita de Economia – Questão 2

Aplicação: 30/8/2025

### PADRÃO DE RESPOSTA

A inflação crônica prejudicou a economia brasileira por décadas, especialmente entre os anos 80 e meados dos anos 90 do século XX. Nesse período turbulento, o país passou por uma série de planos econômicos, de abordagens tanto ortodoxas quanto heterodoxas, com o firme objetivo de estabilizar os preços. Dois desses planos se destacam pela sua relevância e pelos seus resultados distintos: o Plano Cruzado, de 1986, e o Plano Real, de 1994. Embora ambos tivessem o objetivo comum de combater a inflação, suas estratégias e seus sucessos foram marcadamente diferentes.

O Plano Cruzado foi uma aposta na heterodoxia, caracterizado por um choque forte e imediato na economia. Sua principal ferramenta foi o congelamento generalizado de preços e salários. Essa medida drástica visava quebrar a inércia inflacionária, paralisando a espiral de reajustes. Complementarmente, o governo instituiu o tabelamento de preços para diversos produtos, incentivando até mesmo a população a fiscalizar e a denunciar abusos. A intenção era também promover uma desindexação da economia, eliminando os indexadores que alimentavam a inflação. Contudo, essa tentativa foi comprometida pela criação do gatilho salarial, um mecanismo que previa reajustes automáticos dos salários a cada 20% de inflação acumulada. Embora visasse proteger o poder de compra, o gatilho acabou por reativar a espiral inflacionária quando acionado, o que mostrou uma inconsistência na própria estratégia de desindexação. A moeda, o cruzado (Cz\$), foi introduzida para simbolizar a ruptura com o passado inflacionário do cruzeiro.

O Plano Real, por outro lado, adotou uma abordagem mais gradual e fundamentada em princípios ortodoxos, com um forte componente de credibilidade. Sua estratégia de desindexação da economia foi muito mais sofisticada e bem-sucedida, começando com a introdução da unidade real de valor (URV). A URV funcionava como uma “moeda de conta” estável, indexada ao dólar, preparando a população para uma nova referência de valor antes da transição da moeda física. Somente após essa fase de adaptação foi que a nova moeda, o real (R\$), foi efetivamente criada e posta em circulação.

Diferentemente do cruzado, o real não começou com congelamento de preços. Em vez disso, focou em pilares fundamentais da estabilidade macroeconômica. Um rigoroso ajuste fiscal e controle monetário foram implementados para conter os gastos públicos e a emissão de moeda, atacando as causas da inflação. Além disso, a abertura comercial foi uma medida crucial do Plano Real, com a redução de tarifas de importação. Isso não só aumentou a oferta de produtos no mercado interno, combatendo pressões inflacionárias, mas também estimulou a competitividade e a modernização da indústria nacional.

A principal diferença entre as desindexações dos dois planos reside no método e na consistência. Enquanto o Plano Cruzado tentou uma desindexação abrupta com o gatilho salarial como contradição, o Plano Real utilizou a URV para uma transição gradual e consciente, garantindo que os preços já estivessem convertidos em uma base estável antes da entrada da nova moeda. Esse conjunto de medidas, aliado a uma forte credibilidade e ao apoio político, resultou no fim da hiperinflação que tanto afetava o Brasil. O Plano Real não apenas estabilizou a economia, mas também restaurou o poder de compra da população, marcando um dos maiores sucessos econômicos da história recente do país.

# CONCURSO PÚBLICO DE ADMISSÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

## DIPLOMATA (TERCEIRO SECRETÁRIO)

Prova Escrita de Economia – Questão 3

Aplicação: 30/8/2025

### PADRÃO DE RESPOSTA

A equação quantitativa da moeda é dada por  $M \times V = P \times Y$ , em que  $M$  é a oferta de moeda, ou quantidade de moeda;  $V$ , a velocidade da moeda, isto é, a frequência com que a moeda troca de mãos;  $P$ , o nível geral de preços; e  $Y$ , o produto real. A equação é uma identidade contábil que afirma que o valor total gasto na economia (a oferta de moeda,  $M$ , multiplicada pelo número de vezes que ela gira,  $V$ ) deve ser igual ao valor nominal do produto (o nível de preços,  $P$ , multiplicado pela produção real,  $Y$ ).

Para transformar essa identidade em uma teoria, assumem-se dois pressupostos para o longo prazo: primeiro, que a velocidade da moeda ( $V$ ) é constante, pois reflete hábitos e tecnologias de transação que mudam lentamente; segundo, que o produto real ( $Y$ ) está fixo em seu nível de pleno emprego (ou potencial), sendo determinado por fatores reais (capital, trabalho, tecnologia).

Com base nos pressupostos de que as variáveis  $V$  e  $Y$  podem ser consideradas fixas, a principal predição da TQM é a existência de uma relação diretamente proporcional entre a oferta de moeda ( $M$ ) e o nível de preços ( $P$ ). Assim, a taxa de crescimento da oferta monetária ( $M$ ) determina a taxa de inflação de longo prazo. A teoria afirma o princípio de neutralidade da moeda, segundo o qual qualquer variação na quantidade de moeda ( $M$ ) afeta somente variáveis nominais, como o nível de preços ( $P$ ), e não tem impacto sobre variáveis reais, como produto e emprego.

Segundo a TQM, a política monetária é ineficaz para promover o crescimento econômico de longo prazo. A moeda é considerada neutra e não pode influenciar variáveis reais, como a acumulação de capital e o progresso tecnológico, que determinam o crescimento do produto potencial. O papel da política monetária, segundo essa visão, não é gerar crescimento diretamente, mas, sim, garantir a estabilidade de preços e controlar a inflação de longo prazo, o que é feito pelo Banco Central por meio da gestão da expansão monetária.

# CONCURSO PÚBLICO DE ADMISSÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

## DIPLOMATA (TERCEIRO SECRETÁRIO)

Prova Escrita de Economia – Questão 4

Aplicação: 30/8/2025

### PADRÃO DE RESPOSTA

No universo da economia internacional, a “tríade impossível”, também chamada de trilema de Mundell-Fleming, defende, em sua essência, que um país não consegue ter, ao mesmo tempo, um regime de câmbio fixo, livre mobilidade de capitais e autonomia da política monetária.

O primeiro desses pilares, o regime de câmbio fixo, é como uma âncora para a moeda nacional, em que o Banco Central decide manter seu valor estável em relação a outra moeda ou a um grupo delas. Isso traz uma sensação de segurança e previsibilidade para investidores, importadores e exportadores. A livre mobilidade de capitais, por sua vez, é a possibilidade de o capital ser transferido sem amarras, facilitando investimentos, tanto diretos quanto de portfólio, e permitindo uma diversificação mais ampla. Por último, a política monetária autônoma é a liberdade que o Banco Central tem de usar suas ferramentas — as taxas de juros, as operações no mercado aberto e as exigências de reservas — a fim de influenciar a economia interna. A taxa básica de juros é a variável básica da política monetária, e influencia diretamente o custo do crédito e, por consequência, o ritmo da atividade econômica.

As escolhas que se fazem entre esses três objetivos determinam o futuro econômico de um país. A combinação de câmbio fixo, com livre mobilidade de capitais, traz previsibilidade a quem comercializa e investe do exterior, o que atrai o capital e impulsiona o crescimento. O revés, contudo, é a perda de controle sobre a política monetária. Para manter a moeda estável, o Banco Central se vê obrigado a alinhar suas taxas de juros com as internacionais, abandonando a capacidade de combater a inflação ou de estimular a economia quando necessário.

Por outro lado, se um país decide combinar o câmbio fixo com a autonomia da política monetária, o seu Banco Central adquire a capacidade de injetar incentivos na economia local sem se preocupar com a instabilidade cambial. No entanto, essa escolha impõe uma barreira: a necessidade de controles sobre a mobilidade de capitais. Isso significa que investidores não terão a mesma liberdade para diversificar seus ativos globalmente, o que pode afastar investimentos estrangeiros diretos, impactar como os recursos são alocados e dificultar o acesso a financiamento externo.

Por fim, a rota mais trilhada pelas grandes economias é a combinação da livre mobilidade de capitais com política monetária autônoma. A vantagem é clara: o Banco Central consegue estabilizar a economia doméstica, enquanto empresas e investidores podem movimentar seus recursos por todo o globo com facilidade. A desvantagem, porém, é a aceitação de um regime de câmbio flutuante, que traz consigo a volatilidade cambial. Essa volatilidade pode criar um conjunto de incertezas para exportadores e importadores, e ainda expor a economia a vendavais externos, exigindo que o país se equipe com mecanismos de *hedge* e fortaleça sua resiliência interna.